

**Notas Explicativas**

FOLHA: 000001

COESO CENTRO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL SOCIAL

DATA: 31/01/2019

CNPJ: 03.887.856/0001-19

PERÍODO: 12/2018

I - CONTEXTO OPERACIONAL,

O Centro de Orientação e Educação Social - COESO, é uma associação civil, filantrópica, sem fins econômicos, de caráter educacional, com duração por prazo indeterminado, fundada em 09 de maio de 2000, com Estatuto Social primitivo registrado no Segundo Cartório Oficial de Registros e Títulos e Documentos - Sorocaba/SP, nº de ordem 116291-V04 de 12 de junho de 2000.

O COESO tem por MISSÃO operar no desenvolvimento de meios, de ações e de recursos direcionados às atividades destinadas aos esclarecimentos, à prevenção e à limitação da expansão e do crescimento do consumo e uso de drogas, bebidas alcoólicas, tabagismo e outros; organizar escola infantil e creches; procurar, por todos os meios possíveis, elevar o nível cultural, educacional e sócio-profissional dos indivíduos; assistência às crianças em risco social e às pessoas necessitadas; prevenção de gravidez na adolescência; prevenção da violência contra a criança e adolescente; proporcionar ações culturais através de projetos e atividades artísticas nos segmentos da dança, música, artes plásticas, teatros, contadores de história, arte em reciclagem, mímicas, dentre outros, com profissionais especializados juntos às instituições sociais para crianças, adolescentes e idosos.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, considerando a resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro e NBC TG 07 Subvenção e assistência governamental.

a) Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do período

Apresentados e elaborados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a entidades em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais da Contabilidade, instituídas pela lei nº 11.638/07 e alterada pela lei nº 11941/09 e de acordo com o CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Deliberação CVM nº 676/11, além de considerar a legislação específica anteriormente citada.

III - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das Receitas/Despesas e de apresentação

As receitas da Entidade são obtidas através de convênios e projetos com órgãos públicos e privados, doações, eventos e demais ações para captação de recursos.

As receitas e despesas são registradas considerando o princípio da competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco-legais.

As contas patrimoniais, as receitas e despesas são segregadas por área de atuação, bem como por projeto/convênio/subvenção evidenciando a gratuidade praticada, e são segregadas das demais contas da entidade.

As subvenções/convênios governamentais foram reconhecidas como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas correspondentes, em base sistemática, observado o disposto na NBC

**Notas Explicativas**

FOLHA: 000002

COESO CENTRO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL SOCIAL

DATA: 31/01/2019

CNPJ: 03.887.856/0001-19

PERÍODO: 12/2018

TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.**c) Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingência e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

d) Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativo circulante e não circulante**Caixa e equivalente de caixa**

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. Além disso, as disponibilidades com restrição, aquelas que se referem a subvenções/convênios que exigem obrigações, estão contabilizadas separadamente das demais contas da entidade.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações.

f) Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicáveis, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Provisões:

As provisões são reconhecidas, quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente leis nº 12.101/09, 12.868/2013 e decreto nº 8.242/2014. Todos os serviços são prestados de forma gratuita para todos os usuários, sem a

**Notas Explicativas**

FOLHA: 000003

COESO CENTRO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL SOCIAL

DATA: 31/01/2019

CNPJ: 03.887.856/0001-19

PERÍODO: 12/2018

exigência de qualquer contraprestação, pagamento, contribuição por parte do usuário.

i) Doações

As doações são reconhecidas como receita quando são efetivamente recebidas.

- a) Pessoas físicas: R\$ 13.135,00
- b) Pessoas jurídicas: R\$ 246.034,38

j) Aplicação de Recursos

As rendas, recursos e eventual resultado operacional da entidade foram aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e Investimentos Patrimoniais.

A entidade não remunera, não distribui, entre os seus associados, diretores, conselheiros, benfeitores, instituidores, doadores, ou equivalentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes são atribuídos pelo estatuto social.

IV: RECEBIMENTO DE RECURSO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Durante o exercício de 2017 a instituição recebeu recursos públicos para custeio de suas atividades, todo o montante recebido foi prestado contas de acordo com o que determina a legislação vigente, em especial as resoluções e instruções do tribunal de contas do Estado de São Paulo.

a) SUBVENÇÕES/ PROGRAMAS/ PROJETOS ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a.1) Subvenção SEDES MUNICIPAL: R\$
- a.2) Subvenção SEDES ESTADUAL: R\$
Receita rendimento aplicação financeira: R\$

b) SUBVENÇÕES/ PROGRAMAS/ PROJETOS EDUCAÇÃO:

- b.1) Secretaria Educação Sorocaba: R\$ 819.000,00


CREUZA MACHADO FREITAS
FUNÇÃO: PRESIDENTE

Creuza Machado de Freitas
Presidente COESO


Cristiane de Gois Almeida Siqueira
CRC SP-293085/O-3
CPF 184.060.288-07
cristiane@orteca.com.br

CRISTIANE DE GOIS ALMEIDA SIQUEIRA
FUNÇÃO: CONTADORA
CT/CRC: 1SP293085/O-3